



Número: **1001883-57.2015.4.01.3400**

Classe: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Órgão julgador: **14ª Vara Federal Cível da SJDF**

Última distribuição : **23/03/2015**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Abuso de Poder**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
PAULO HENRIQUE DE ALMEIDA TOLENTINO (IMPETRANTE)		ADRIANO DE SOUZA CARDOSO (ADVOGADO)	
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS (IMPETRADO)			
Coord.Geral de Licitações e Contratos do INSS (IMPETRADO)			
Ministério Público Federal (Procuradoria) (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
51271 50	18/12/2017 19:03	Acórdão	Acórdão

PROCESSO Nº 1001883-57.2015.4.01.3400
REMESSA NECESSÁRIA (199)
JUÍZO RECORRENTE: PAULO HENRIQUE DE ALMEIDA TOLENTINO
RECORRIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
RELATOR(A): ANTONIO DE SOUZA PRUDENTE

PODER JUDICIÁRIO Tribunal Regional Federal da Primeira Região Gab. 13 -

DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE Processo Judicial Eletrônico REMESSA NECESSÁRIA (199) n. 1001883-57.2015.4.01.3400 RELATÓRIO EXMO. SR.

DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE (RELATOR): Cuida-se de reexame necessário de sentença proferida pelo Juiz Federal da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, Dr. Eduardo Santos da Rocha Penteado, que, nos autos do Mandado de Segurança impetrado por PAULO HENRIQUE DE ALMEIDA TOLENTINO contra ato atribuído à COORDENADORA-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL, confirmando a liminar, concedeu parcialmente a segurança buscada, para *“declarar a ilegalidade e afastar a obrigatoriedade dos Impetrantes quanto às regras de publicidade do leilão descritas no item 5.1 do Termo de Referência (Anexo I) do Edital do Pregão Eletrônico 07/2015”*. Sem recurso voluntário, subiram os autos a este egrégio Tribunal, por força da remessa oficial, deixando a douta Procuradoria Regional da República de se manifestar-se sobre a controvérsia. Este é o relatório.

VOTO - VENCEDOR

PODER JUDICIÁRIO Tribunal Regional Federal da Primeira Região Gab. 13 -

DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE Processo Judicial Eletrônico REMESSA NECESSÁRIA (199) n. 1001883-57.2015.4.01.3400 JUÍZO RECORRENTE: PAULO HENRIQUE DE ALMEIDA TOLENTINO RECORRIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS VOTO EXMO. SR.

SR. DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE (RELATOR): Não merece reforma a sentença monocrática, que, com acerto, analisou e decidiu a espécie dos autos, nestas letras: *“(…) A lide neste mandado de segurança foi devidamente decidida pelo ilustre Juiz Federal Substituto Renato Coelho Borelli, conforme decisão liminar de fls. 120-121, cujos fundamentos adoto como razão de decidir, verbis: “Em que pesem as alegações vertidas na inicial, o fato é que a Lei nº 11.481/2007, sobre alienação de bens do fundo ao tratar de forma específica do Regime Geral de Previdência, estabeleceu que a comissão do Leiloeiro Oficial será de até 5% (cinco por cento) do valor da arrematação, por isso que não se aplica o Decreto-Lei nº 21.981/1932, que trata da profissão de Leiloeiro Público, nessa parte específica. Com efeito, a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais, a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior (art. 2º, § 2º da LICC – Lei de Introdução ao Código Civil), ou seja, a lei anterior não é revogada, mas a especificidade da nova lei se aplica. Portanto, na parte quanto à*



ilegalidade do critério de habilitação e classificação pelo maior desconto da taxa de comissão, a liminar não procede. Quanto à questão relativa à divulgação do leilão em jornal de grande circulação, bem assim dos demais meios de publicidades impressos ou digitais, dos leilões, que, nos termos do item 5.1 do Termo de Referência (Anexo I – fls. 40), ficam a cargo do Leiloeiro Oficial sem qualquer ônus para o INSS, tem-se que tal previsão está em desacordo com o art. 42, §2º, do DL nº 21.981/32 (norma não suspensão por outra específica), segundo o qual as despesas de anúncios, reclamos e propaganda dos leilões correm por conta da parte vendedora, verbis: “Art. 42. Nas vendas de bens moveis ou imóveis pertencentes à União e aos Estados e municípios, os leiloeiros funcionarão por distribuição rigorosa de escala de antiguidade, a começar pelo mais antigo.(...)§ 2º Nas vendas acima referidas os leiloeiros cobrarão somente dos compradores a comissão estabelecida no parágrafo único do artigo 24, correndo as despesas de anúncios, reclamos e propaganda dos leilões por conta da parte vendedora.” (sem grifos no original). Assim, o pleito liminar deve ser acolhido apenas em parte. Pelo exposto, DEFIRO, em parte, a liminar, apenas e tão somente para afastar a obrigatoriedade dos Impetrantes quanto às regras de publicidade do leilão descritas no item 5.1 do Termo de Referência (Anexo I) do Edital do Pregão Eletrônico 07/2015.” Ante o exposto, no caso em tela, a decisão liminar deve ser confirmada e a segurança merece ser parcialmente concedida. III. Decisão Pelo exposto, CONCEDO PARCIALMENTE A SEGURANÇA para, confirmando a decisão liminar, declarar a ilegalidade e afastar a obrigatoriedade dos Impetrantes quanto às regras de publicidade do leilão descritas no item 5.1 do Termo de Referência (Anexo I) do Edital do Pregão Eletrônico 07/2015. Custas ex lege.(...)” Como visto, nos termos do art. 42, § 2º, do Decreto-lei nº 21.981/32, as despesas de anúncios, reclamos e propaganda dos leilões correm por conta da parte vendedora, afigurando-se flagrantemente ilegal a regra editalícia no sentido de tal ônus competir ao Leiloeiro Oficial, sem qualquer ônus para o INSS, na espécie dos autos.***Com essas considerações, **nego provimento** à remessa oficial, para confirmar a sentença monocrática em todos seus termos. Este é meu voto.

DEMAIS VOTOS

PODER JUDICIÁRIO Tribunal Regional Federal da Primeira Região Gab. 13 -

DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE Processo Judicial Eletrônico REMESSA NECESSÁRIA (199) n. 1001883-57.2015.4.01.3400 JUÍZO RECORRENTE: PAULO HENRIQUE DE ALMEIDA TOLENTINO RECORRIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -

INSS **EMENTA** ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. REGRAS DE PUBLICIDADE. ÔNUS DA DIVULGAÇÃO. DECRETO-LEI, ART. 42, § 2º. IMPOSIÇÃO AO LEILOEIRO OFICIAL. ILEGALIDADE. ÔNUS DA PARTE VENDEDORA. I - Nos termos do art. 42, § 2º, do Decreto-lei nº 21.981/32, as despesas de anúncios, reclamos e propaganda dos leilões correm por conta da parte vendedora, afigurando-se flagrantemente ilegal a regra editalícia no sentido de tal ônus competir ao



Leiloeiro Oficial, sem qualquer ônus para o INSS, na espécie dos autos.II – Remessa oficial desprovida. Sentença confirmada. **ACÓRDÃO**

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento à remessa oficial.Quinta Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Em 13/12/2017.

Desembargador Federal SOUZA PRUDENTERelator

